

OPINIÃO

EDITORIAL

Sevandija, STF e a “impunidade culposa”

A Operação Sevandija tornou-se um retrato incômodo da incapacidade brasileira de dar fim a seus próprios escândalos. De flagrada para investigar um amplo esquema de irregularidades em contratos públicos em Ribeirão Preto em 2016, a investigação revelou suspeitas de desvios milionários, expôs bastidores do poder municipal e levou à denúncia de políticos, empresários e agentes públicos. Anos depois, porém, o caso continua girando em círculos.

Agora, mais uma vez, o destino da operação volta a ser discutido no Supremo Tribunal Federal. Recursos, nulidades processuais e disputas jurídicas transformaram o processo em uma saga quase interminável. Enquanto tribunais discutem a validade de interceptações telefônicas ou a competência de instâncias judiciais, o mérito do que realmente importa — se houve corrupção e quem deve responder por ela — permanece suspenso em um limbo jurídico. Inocentes e culpados, juntos, aguardam o desfecho a ser decidido pelos homens de toga, sempre adeptos da concessão de liminares e efeitos suspensivos para melhor análise da questão.

Esse cenário revela uma das maiores mazelas do sistema judicial brasileiro: a incapacidade de produzir respostas em tempo razoável. Processos se arrastam por anos, empilhados em pilhas de recursos, revisões e questionamentos processuais que, muitas vezes, acabam substituindo o debate sobre os fatos. O resultado é uma sensação permanente de incerteza.

Para o cidadão comum, a mensagem que fi-

ca é devastadora. Escândalos surgem, chocam a opinião pública e depois desaparecem lentamente no labirinto do Judiciário. O tempo passa, os personagens mudam de cargo, alguns deixam a vida pública, outros voltam a disputar eleições — e a verdade permanece indefinida.

Quando a Justiça demora demais, o efeito prático é a normalização da picaretagem. A corrupção deixa de ser um risco real para quem está no poder e passa a ser apenas um incômodo passageiro, algo que pode ser administrado com bons advogados e paciência para esperar o relógio correr. E a “sorte” de o caso cair na mão do ministro “certo”.

Não se trata de defender julgamentos apressados ou atropelar garantias legais. O devido processo é uma conquista civilizatória. Mas também é preciso reconhecer que a lentidão crônica do sistema produz uma forma silenciosa de injustiça: a ausência de desfecho.

Enquanto a Sevandija segue sua romaria de recursos nos tribunais superiores, Ribeirão Preto continua convivendo com a sombra de seu maior escândalo de corrupção sem saber exatamente o que, afinal, aconteceu — e quem pagará por isso. A recente decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, de levar o caso para o plenário da 2ª turma, na prática, produzirá um único efeito: a demora de ao menos mais um ano no curso do processo.

Quando a Justiça demora demais, ela deixa de ser justiça, atuando firmemente pela impunidade - ainda que de forma passiva ou culposa. E vira apenas mais um capítulo da história interminável da impunidade brasileira.



OPINIÃO DO LEITOR

Ao que parece, a situação do vereador Lincoln Fernandes vai se complicando. Pena que parece não haver interesse em pegar outros parlamentares que fazem o mesmo.

Jacira Porto, Jardim Olhos d'Água

NOVAS IDEIAS

Saúde e dignidade: compromisso com a vida

BALEIA ROSSI



A POLÍTICA, EM SUA ESSÊNCIA MAIS NOBRE, DEVE SER O INSTRUMENTO PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS REAIS QUE AFLIGEM A NOSSA POPULAÇÃO.

Antes de discutirmos nomes ou calendários eleitorais, o Brasil precisa, de fato, de um projeto de país que coloque a saúde como prioridade absoluta. Buscar a pacificação e a estabilidade é o melhor caminho para reforçarmos o atendimento público e garantirmos que cada cidadão tenha o amparo necessário nos momentos de maior vulnerabilidade.

O cenário oncológico atual representa um dos maiores desafios da nossa geração. Enfrentamos o que já pode ser classificado como uma “epidemia de câncer”, com estimativas que apontam para mais de 700 mil novos diagnósticos no triênio 2023-2025. Essa realidade impõe uma pressão crítica sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e, especialmente, sobre as instituições filantrópicas, que são o coração do atendimento oncológico no país.

Hoje, vemos hospitais públicos e filantrópicos operando com orçamentos severamente limitados. Essa escassez de recursos prejudica desde a manutenção da infraestrutura básica até a contratação de especialistas e a aquisição de equipamentos modernos. Somado a isso, temos o grave gargalo do diagnóstico tardio. É inaceitável que o início do tratamento muitas vezes ultrapasse o prazo legal de 60 dias, o que reduz drasticamente as chances de cura e torna todo o processo mais doloroso e complexo para o paciente e para o Estado.

Como parlamentar, entendo que minha atuação deve ser independente, colaborativa e, acima de tudo, propositiva. Por isso, tenho transformado essa convicção em ações práticas, destinando mais de R\$ 53 milhões em emendas parlamentares para fortalecer a rede de combate ao câncer. Esses recursos são focados diretamente na ampliação do atendimento, na modernização tecnológica e na melhoria da infraestrutura hospitalar, garantindo que o tratamento chegue com a agilidade que a vida exige.

Nesse esforço, o apoio ao Hospital de Amor, em Barretos, é uma das nossas maiores prioridades. Esta instituição, gerida pela Fundação Pio XII, é uma referência absoluta e mundial no combate ao câncer. O Hospital de Amor destaca-se por sua abrangência nacional, acolhendo e tratando com excelência técnica e humanizada pacientes que vêm de todos os estados do Brasil. É um exemplo de que, com gestão séria e amor ao próximo, é possível oferecer o que há de melhor na medicina de forma totalmente gratuita.

Nosso compromisso também se estende a outras instituições fundamentais, como o Hospital Amaral Carvalho, em Jaú, e o fortalecimento do Hospital de Câncer e do Hospital das Clínicas (HCFMRP-USP) em Ribeirão Preto. O objetivo é assegurar que tecnologias inovadoras, como as terapias-alvo e a imunoterapia, deixem de ser um privilégio de poucos e passem a integrar a realidade do SUS.

Precisamos olhar para o futuro com equilíbrio e moderação. Um projeto de país sério deve combater a toxicidade financeira que o tratamento impõe às famílias e oferecer suporte para lidar com a carga emocional, a ansiedade e a depressão que acompanham o diagnóstico. Seguiremos trabalhando com determinação para que a saúde não seja apenas um direito no papel, mas uma realidade de dignidade e esperança para todos os brasileiros.

*deputado federal e presidente do MDB

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600

Banca do Denis - R. Otávio Gólfeto, 326

Banca Saudade - Av. Saudade S/N

Banca Paulista - Av. Independência, 1680

Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N

Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão

Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N

Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho

Banca Camões - Praça Camões S/N

Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800

Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão

Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma

Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575

Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588

Banca Sete de Setembro - Praça

Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431

Banca Ofício Center - Av. Portugal, 1760

Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395

Banca da Lucia - Av. Dom Pedro S/N

Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425

Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)

Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)